



Oficinas pedagógicas para uma **EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Junior Cunha (Org.)

Francy Rodrigues da Guia Nyamien (Coord.)



Oficinas pedagógicas para uma
EDUCAÇÃO INCLUSIVA



TC 140/18-SETI/USF/UGF

Oficinas Pedagógicas Inclusivas em Educação Especial
Projeto financiado com recursos do FUNDO PARANÁ,
Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras.
Superintendência Geral de Ciência,
Tecnologia e Ensino Superior.

www.seti.pr.gov.br

Junior Cunha (Org.)
Francy Rodrigues da Guia Nyamien (Coord.)

Oficinas pedagógicas para uma
EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Primeira Edição E-book



TOLEDO – PR
2020

Copyright 2020 by
Organizador
Gerente Editorial
José Dias
Revisão Final
Luana Aparecida de Oliveira
Design Gráfico e
Diagramação
Junior Cunha
Capa
Junior Cunha

Instituto Quero Saber
CNPJ: 35.670.640./0001-93
www.institutoquerosaber.org
editora@institutoquerosaber.org

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

032 Oficinas pedagógicas para uma educação inclusiva.
/ organizador, Junior Cunha; coordenadora
Francy Rodrigues da Guia Nyamien. 1. ed.
e-book - Toledo, Pr: Instituto Quero Saber,
2020.
206 p.: il; color.

Modo de Acesso: World Wide Web:
<<https://www.institutoquerosaber.org/editora>>
ISBN: 978-65-51210-00-6

1. Educação especial. 2. Autismo. 3. Dislexia.
4. Inclusão. 5. Deficiência. I. Título.

CDD 22. ed. 371.9

Rosimarizy Linaris Montanhano Astolphi – Bibliotecária CRB/9-1610

Todos os direitos reservados ao Organizador

*Os textos aqui publicados são de exclusiva
responsabilidade dos seus respectivos autores*

SUMÁRIO

Prefácio

*Francy Rodrigues da Guia Nyamien
e Luana Aparecida de Oliveira* 9

Apresentação

Junior Cunha..... 13

Capítulo 1

DESCONSTRUINDO ESTEREÓTIPOS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Letícia Strossi de Oliveira 17

Capítulo 2

SURDEZ E DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Elora Marques M. da Silva..... 35

Capítulo 3

DEFICIÊNCIA VISUAL: noções introdutórias

Junior Cunha..... 57

Capítulo 4

DESCONSTRUINDO BARREIRAS: inclusão e acessibilidade da pessoa com Deficiência Física no meio escolar

Rosana Leal Santiago..... 75

Capítulo 5

COMO PENSAR A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Elora Marques M. da Silva..... 87

Capítulo 6

SÍNDROME DE DOWN: um outro olhar

Lucas Antonio Vogel..... 101

Capítulo 7

AUTISMO: conhecendo esse mundo

Lucas Antonio Vogel..... 121

Capítulo 8

ALTAS HABILIDADES: barreira ou vantagem?

Letícia Strossi de Oliveira..... 145

Capítulo 9

DISLEXIA: reflexões acerca dos Transtornos Específicos de Aprendizagem

Rosana Leal Santiago..... 165

Capítulo 10

O TEATRO DO OPRIMIDO COMO MÉTODO PEDAGÓGICO PARA PESSOAS COM TDAH

Junior Cunha..... 181

Posfácio

Marcos Freitas de Moraes 201



Capítulo 7

AUTISMO:
conhecendo esse mundo

Lucas Antonio Vogel

LUCAS ANTONIO VOGEL

Graduando do Curso de Licenciatura em Filosofia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Participou do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Atualmente é bolsista do Projeto Oficinas Pedagógicas Inclusivas em Educação Especial, projeto de extensão vinculado ao Programa de Educação Especial (PEE) da UNIOESTE, Campus Toledo-PR.

INTRODUÇÃO

Atualmente o Transtorno do Espectro Autista (TEA), *lato sensu* conhecido como autismo, é um dos transtornos mais comentados e com grande aumento de casos no mundo. Além de se tratar de um tema atual, a importância de falarmos sobre ele se ancora no fato de muitas pessoas ainda não saberem como agir com uma pessoa com autismo. Apresentaremos, assim, quais são as características que a pessoa com o TEA pode apresentar; explicaremos o que é o PECS, o ABA e o TEACH, principais recursos utilizados para o desenvolvimento da criança com o TEA; direitos que resguardam a pessoa com o TEA; e, especialmente para docentes, algumas metodologias que podem ser trabalhadas em sala de aula e que podem contribuir na inclusão e aprendizagem do(a) aluno(a) com o TEA.

Nosso objetivo, portanto, é ressaltar a importância de se falar sobre a temática suscitada. Malgrado já se tenha estudos desde a metade do século XX, somente nos últimos anos temos estudos mais aprofundados na área, em grande medida, em função do aumento significativo de casos tanto no Brasil como no mundo. Com isso, vemos a necessidade de as pessoas saberem o que, de fato, é o TEA; como o autista se sente; saber que seu pensamento é diferente de uma pessoa considerada “normal” e entender que o autista quer e precisa ser incluso na sociedade, ser respeitado. Saber que cada autista é diferente, cada um tem um comportamento próprio e, assim, romper com ideias errôneas, por exemplo, que o autismo é

uma doença que pode ser curada; que o autista tem um espírito mal ou é perigoso; que não entende o que acontece a sua volta etc.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Transtorno do Espectro Autista, é um transtorno do neurodesenvolvimento. O termo "autismo" foi usado pela primeira vez pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, em 1911, em seus estudos sobre as características da esquizofrenia, mas somente em 1943 que o transtorno passou a ser estudado com mais ênfase com o psiquiatra Leo Kanner, que começou a escrever as características do autismo de forma sistematizada.



FIGURA 1: Eugen Bleuler
(1857-1939)



FIGURA 2: Leo Kanner
(1894-1981)

O símbolo internacional do TEA é a *fita quebra-cabeça* que representa o mistério e a complexidade do transtorno e as cores diferentes e fortes representam as diversas pessoas e famílias que convivem com o TEA, além da esperança e convivência social.

O DSM-V (2014, p. 31), além de considerar que os sintomas mudam com o desenvolvimento da pessoa com autismo, diz que o TEA:

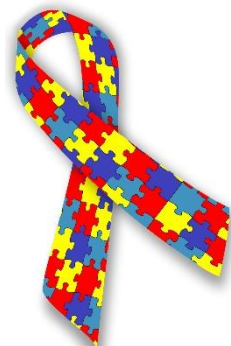


FIGURA 3: Fita quebra-cabeça

AUTISMO

[...] caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.

A pessoa autista apresenta, em grande parte dos casos, uma ausência ou atraso no desenvolvimento da linguagem oral, mas há casos em que alguns autistas conseguem uma boa comunicação oral. Eles também têm dificuldade na interação social e na socialização; dificuldade de estabelecer rotina, apresentando muitos movimentos repetitivos e estereotipados, como o balançar e o girar; os autistas também são fascinados por estímulos visuais, como luzes piscando, reflexo no espelho e desenvolvem aversões ou preferências por gostos, cheiros e texturas específicas.

Os principais critérios para diagnóstico do TEA são classificados em A, B, C e D. No critério A, os prejuízos são na comunicação e interação social em múltiplos contextos; no critério B, apresentam padrões restritos e repetições de comportamento, dependendo dos seus interesses ou atividades; no critério C, os sintomas estão presentes desde a infância, limitando o funcionamento diário; no critério D, os sintomas prejudicam a execução de atividades sociais e profissionais, dependendo das características do indivíduo. As manifestações irão variar conforme a gravidade da condição do autista, nível de desenvolvimento e idade cronológica, e por isso, usa-se o termo “espectro” (DSM-V, 2014, p. 53).

Percebe-se, por esta ótica, que as características da pessoa com o TEA dependem do nível de gravidade, até por isso, os sintomas não são iguais em todos, sendo cada situação singular, isto é, nenhum autista é igual a outro. Com isso, os níveis de gravidade são definidos em três.

No nível 1, ou leve, apresentam dificuldades de iniciar diálogos, embora consigam formular frases completas. Apresentam falhas na conversação e dificilmente fazem amizades com estranhos, além de não se sentirem bem em trocar de atividades e terem problemas com a organização e planejamento independente. No nível 2, ou médio, apresentam déficits na comunicação social verbal e não verbal, por exemplo, falam frases simples e suas interações se limitam a interesses reduzidos. Apresentam dificuldades com mudanças, comportamentos restritos e repetitivos e dificuldade de mudar o foco ou ações. No nível 3, ou o grave, também apresentam déficits na comunicação verbal e não verbal, causando prejuízos de funcionamento, limitações em iniciar interações sociais, respostas mínimas aos outros, reagindo somente a abordagens muito diretas. Apresentam extrema dificuldade em lidar com mudanças e seu comportamento restrito e repetitivo interfere em todas as suas esferas de sua vida (DSM-V, 2014, p. 52).

Sabemos que não existe uma causa única e já determinada para o TEA. Até a década de 1980 era considerado um transtorno adquirido por fatores ambientais e hoje sabe-se que é uma série de alterações no funcionamento normal do cérebro, dessa forma, a comunidade médica acredita que 90% das causas do autismo seja por fatores genéticos e apenas 10% por fatores ambientais¹.

Quanto aos sintomas do TEA, não se tem um padrão fixo de manifestação, cada caso se apresenta de maneira única. Os sintomas se manifestam geralmente até os três anos de idade, mas já se fazem presentes antes dos 18 meses de idade e são gradativos e variados, mas nem todas as crianças apresentam todas as características comuns ao TEA, sendo que os sintomas também mudam conforme a idade, por exemplo, o que uma criança apresenta em determinada idade não necessariamente irá apresentar anos depois, como por exemplo evitar o contato visual.

Sobre as relações sociais, o autista geralmente sente uma grande solidão, ignorando muitas vezes o que vem de fora, ou seja, muitas vezes o que acontece ao seu redor não vai lhe afetar, sentem

¹ Cf.: Autismo: saiba tudo sobre os diferentes tipos e como identificar. Disponível em: zenklub.com.br/autismo-sinais-diferentes-tipos. Acesso em: 20/09/2019.

AUTISMO

muita sensibilidade a estímulos, como contato físico e ruídos. A reação da criança pode ser de forma intensa e variada. Na comunicação e linguagem podem apresentar atraso na fala, usar ecolalias (repetição de sons ouvidos), fala monótona e aparentam surdez, pois, em alguns casos, ignoram completamente qualquer tentativa de diálogo.

Para os autistas é importante a rotina, pois eles sentem-se mais seguros quando as coisas são previsíveis e estáveis. Alguns podem memorizar informações que não são muito relevantes, como por exemplo, pesquisar sobre a vida dos dinossauros. É comum que apresentem movimentos estereotipados, que são muito peculiares, repetitivos e estranhos, agindo como se não tivessem o controle do corpo, como por exemplo, girar, balançar-se para frente e para trás, caminhar na ponta dos pés etc.

Outro fator comum em pessoas com autismo é encontrar dificuldades de fazer associações, compreender regras, jogos simbólicos, significados de palavras, conceitos abstratos ou duplos sentidos, pois eles pensam de forma concreta e a compreensão deles da linguagem será de maneira literal, por isso deve-se falar para eles exatamente aquilo que se quer dizer, sem o uso de metáforas. O mundo interno do autista lhe basta e para eles muitas regras que as pessoas criam para viverem em sociedade não fazem sentido.

Como o autismo não tem cura, o tratamento e diferentes acompanhamentos o auxilia no desenvolvimento de habilidades sociais da pessoa com o TEA. O quanto mais cedo for iniciado e personalizado ao caso específico de cada pessoa, melhor será a perspectiva de avanços na interação social. Programas estruturados com atividades construtivas e recursos visuais, por exemplo, aumentam o interesse da pessoa com autismo, potencializando melhoras em suas habilidades sociais, comunicativas e seu desenvolvimento e aprendizado.

Os programas mais utilizados para ensinar crianças com TEA a se comunicarem e agirem no meio social são: o Análise Aplicada do Comportamento (ABA²); o Tratamento e Educação para Autistas e

² Do inglês: *Applied Behavioural Analysis*.

Crianças com Déficit relacionados com a Comunicação (TEACCH³); e o Sistemas de Comunicação Alternativa (PECS⁴).

O uso das PECS é muito importante, considerando que cerca de 20% a 30% das pessoas com TEA não conseguem desenvolver uma linguagem expressiva, assim, os recursos de comunicação alternativa pretendem compensar a ausência da fala. Pessoas com problemas de comunicação podem possuir um comportamento agressivo, explosivo e autolesivo, dessa forma, uma das maneiras de reduzir esses comportamentos e desenvolver meios funcionais e agradáveis de agir é oportunizando outras aprendizagens para os autistas se comunicarem nos mais variados contextos; os sistemas de comunicação alternativa utilizam símbolos, recursos, estratégias, materiais e técnicas que complementem sua comunicação, criando um vínculo entre o falante e o ouvinte e reduzindo a sensação de isolamento, além disso, pesquisas científicas mostram que o sistema tem estimulado e aumentado da fala em muitos autistas. Segundo Brites (2019, p. 126-127):

Os sistemas de comunicação alternativa podem ser divididos em dois grandes grupos: os pictóricos (desenhos, fotos, filmes) e os linguísticos (símbolos gráficos, códigos, sinais). Deve-se avaliar o nível cognitivo do paciente para definir qual ou quais meios alternativos serão mais bem assimilados, pois, dependendo da complexidade do sistema, talvez não seja compreensível. Além desses, há ainda o sistema de comunicação alternativa por figuras, o PECS, que se baseia em representações de figuras de materiais, objetos e seres com relação direta com nossa realidade e a realidade que o rodeia, motivando o paciente a imaginar que pode conseguir o que deseja de maneira mais rápida e num processo de troca. O PECS ensina a discriminar símbolos e a habilidade de usá-los e agrupá-los com a finalidade de comunicação e formação de sentenças. Resumidamente, o programa é dividido em seis etapas que vão sendo implementadas paulatinamente, até

³ Do inglês: *Treatment and Education of Autistic and Communication Related Handicapped Children*.

⁴ Do inglês: *Picture Exchange Communication Systems*.

AUTISMO

que as figuras atinjam o objetivo de se tornarem comunicativas. Envolve princípios de comportamento verbal e estratégias de reforçamento até alcançar a comunicação independente. As figuras podem representar rotinas, imagens de emoções, objetos do cotidiano, horários e etapas do tempo, símbolos gráficos que denotam sentido e direção, e anagramas. O PECS está hoje disponível em programas de computador e aplicativos, mas desde os seus primórdios pode ser feito e exposto em telas nas salas de aula e nos cômodos da casa das famílias, além de também ser componente de outros sistemas de educação estruturada, como o TEACCH.

O ABA é aplicado em crianças pequenas reforçando a prática de habilidades; sendo um modelo de intervenção comportamental que busca reduzir os sintomas do TEA. Primeiro analisam o comportamento da criança e depois buscam estratégias para motivações e reforço positivo, mudando aos poucos suas ações inadequadas para ações adequadas, sendo que quanto mais nova for a criança mais chances ela tem de modificações de comportamento. As intervenções devem ser estruturadas em quatro fases: (1) avaliação comportamental inicial; (2) seleção de objetivos; (3) elaboração de programas e (4) intervenções com avaliações constantes (BRITES, 2019, p. 110-112).

O TEACCH busca ajudar as crianças com autismo a trabalharem de maneira independente, organizarem seu ambiente e melhorarem suas habilidades e adaptações com os espaços e meios sociais. Ele é direcionado ao processo educacional, onde as crianças são avaliadas por instrumentos estruturados para facilitar a aprendizagem, considerando três fatores importantes: (1) ambiente físico organizado conforme o perfil e necessidades da criança; (2) atividades facilitadoras para compreender rotinas e sequências e (3) a organização de materiais e tarefas que promovam a independência da criança. Os profissionais devem avaliar a criança em diferentes contextos, buscando desenvolver nela uma comunicação espontânea, habilidades sociais de lazer e recreação. O TEACCH também é considerado o sistema mais estruturado e desenvolvido para autistas: 30 a 40% das famílias com pessoas com autismo em

idade escolar de todo o mundo utilizam em suas atividades (BRITES, 2019, p. 124-125).

A fonoaudiologia também é um recurso interessante à pessoa com o TEA, pois busca melhorar a comunicação social e o uso funcional da linguagem. Do mesmo modo a ludoterapia, que tem como finalidade despertar interesse na criança com autismo por meio de brinquedos e jogos, com o objetivo de facilitar seu contato e interações sociais. A medicação também é necessária, em alguns casos, para ajudar a melhorar o comportamento e problemas emocionais como agressividade, ansiedade, hiperatividade, impulsividade, irritabilidade, alterações de humor, ataques de raiva etc. A pedagogia e a aprendizagem na escola ajudam a trabalhar a comunicação e interação social com o uso funcional da linguagem.

No que tange os direitos da pessoa com o TEA, de acordo com Brites (2019, p. 167):

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146, de 2015 “pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual, sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Na visão da lei e dos direitos, portanto, o autismo é uma deficiência. E essa definição embasa e dá suporte argumentativo para que, sendo uma deficiência, as pessoas que têm autismo possam ter acesso a uma série de garantias que as ajudem e a sua família a buscarem auxílio nas mais diversas áreas da saúde, educação, previdência, trabalho, assistência social, mercado/consumo, tributos, e também no incentivo às pesquisas e à veiculação de informações à população geral.

A Lei 13.146 (2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência é uma das principais leis que garantem os direitos das pessoas com deficiência. Antes desta, tivemos dois marcos importantes para as pessoas com autismo: a Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que instituiu a Política Nacional de proteção dos Direitos da Pessoa com TEA e o

Decreto 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que regulamenta a lei supra, assegurando atenção plena às necessidades das pessoas com o TEA. Entre os principais direitos das pessoas com autismo assegurados por lei estão:

Garantia de matrícula em qualquer instituição de ensino: segundo o artigo 7º da Lei 12.764 (2012) “o gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos”.

Acompanhamento especializado nas instituições de ensino: segundo o inciso VII do artigo 2º da Lei 12.764 (2012) é direito do autista “o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis”. Ainda mais, de acordo com o inciso IV do artigo 3º da mesma, é direito da pessoa com o TEA “o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante” e, ainda, de acordo com o parágrafo único do referido artigo “em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular [...] terá direito a acompanhante especializado”.

Atendimento multiprofissional pelo SUS: o inciso III do artigo 3º da Lei 12.764 (2012) garante a pessoa com o TEA “o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; [e] e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento”.

Cobertura do plano de saúde: o decreto 8.368 (2014), em seu artigo 2º, garante à pessoa com o TEA “o direito à saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, respeitadas as suas especificidades”; e no § 1º do mesmo menciona que compete ao Ministério da Saúde promover qualidade dos serviços para a assistência à saúde das

pessoas com TEA garantindo cuidados básicos, especializados e hospitalar; garantir disponibilidades de medicamentos junto ao SUS e também adotar diretrizes terapêuticas referentes ao cuidado da saúde, considerando as singularidades de acessibilidade, comunicação e atendimento.

Benefício previdenciário de um salário mínimo: o artigo 20 da Lei 8.742 (1993) garante um salário mínimo à pessoa com deficiência. Para gozar do benefício a renda mensal da família com a pessoa com deficiência deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo e a pessoa com deficiência deve passar por uma avaliação médica e uma avaliação social realizada por assistentes sociais do INSS. O benefício é revisto a cada dois anos, de acordo com o artigo 21, avaliando-se as condições da pessoa com deficiência.

Jornada de trabalho reduzida para pais de autistas: a Lei 13.370 (2016) garante aos servidores públicos federais que tenham cônjuge, filho ou dependente com deficiência o direito a horário especial de trabalho.

Identificação especial: o Projeto de Lei 10119 (2018)⁵ propõe a criação da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA), com o objetivo de a pessoa com o TEA ter prioridade no atendimento de serviços públicos e privados. É importante mencionar que já há em algumas cidades leis municipais que garantem a identificação especial.

Atendimento preferencial: de acordo com o artigo 9º da LBI (Lei 13.146, 2015) “a pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário”.

⁵ Mais informações disponíveis no portal da Câmara dos Deputados, www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2173274. Acesso em: 21/09/2019.

Compra de veículo novo com 30% de desconto: o artigo 1º da Lei 8.989 (1995) garante aos pais de uma pessoa com TEA o direito a compra de automóveis de fabricação nacional com isenção do IPI. Também é possível conseguir um desconto de até 30% na compra de veículos de até R\$ 70 mil e a isenção de ICMS e IPVA do carro.

Desconto em passagens aéreas: a resolução 280 (2013) da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) em seu artigo 27 diz que passageiros com necessidade de assistência especial (PNAE) “com deficiência ou mobilidade reduzida deve ser acompanhado sempre que: [...] em virtude de impedimento de natureza mental ou intelectual, não possa compreender as instruções de segurança de voo” e, desse modo, “o operador aéreo deve prover acompanhante, sem cobrança adicional, ou exigir a presença do acompanhante de escolha do PNAE e cobrar pelo assento do acompanhante valor igual ou inferior a 20% (vinte por cento) do valor do bilhete aéreo adquirido pelo PNAE”.

À guisa de conclusão da seção, em 2007 a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu o dia 2 de abril como o Dia Mundial de Conscientização do Autismo⁶. Alguns anos depois a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou uma pesquisa estimando a existência de cerca de 70 milhões de pessoas com autismo no mundo, ou seja, aproximadamente 1% da população mundial⁷. No Brasil são cerca de 2 milhões de pessoas com o TEA; com maior predominância em meninos, proporcionalmente são registrados três casos em meninos para cada caso em uma menina.

⁶ Cf.: *Dia Mundial de Conscientização do Autismo – ONU declarou todo 2 de abril como a data para conscientizar a sociedade*. Disponível em: www.revistaautismo.com.br/diamundial. Acesso em: 21/09/2019.

⁷ Cf.: *Autismo afeta cerca de 1% da população*. Disponível em: www.saude.mg.gov.br/component/gmg/story/6884-autismo-afeta-cerca-de-1-da-populacao. Acesso em: 21/09/2019.

APLICAÇÃO

A presente oficina foi aplicada em 25 de maio de 2019 nas dependências da UNIOESTE *Campus* Toledo-PR. Foi realizada no período matutino e teve duração de 4h. Utilizou-se slides, exposição oral e dois vídeos sobre a psicóloga e zootécnica, Temple Grandin, que provou ser possível que autistas também tenham destaque em suas áreas de atuação. Um dos vídeos foi utilizado na parte introdutória da oficina e outro em seu encerramento. O primeiro vídeo⁸ é uma cena do filme *Temple Grandin* (2010), que narra as dificuldades enfrentadas por Grandin em seus anos de formação. O segundo vídeo⁹ é uma reportagem produzida pela TV Globo, com Grandin explicando sua inusitada “máquina do abraço”, que ela mesmo criou ainda muito jovem.

A oficina foi dividida em três partes: (1) exposição das principais leis e direitos que tangenciam as pessoas com o TEA; (2) comportamentos característicos de pessoas com o TEA; e (3) práticas pedagógicas voltadas às pessoas com o TEA¹⁰.

No que se refere aos comportamentos característicos dos(as) alunos(as) com autismo e que é de extrema importância a observação das(os) professoras(es), podem ser listados:

- ser retraído e isolado dos demais;
- não apresentar contato visual;
- desligar-se do ambiente externo (déficit de atenção);
- resistência ao contato físico;
- inadequação com as metodologias de ensino;
- não demonstrar medo em situações de perigo;
- não responder quando lhe chamam;
- rejeitar mudanças de rotina;
- hiperatividade e agitação desordenada ou calma excessiva;

⁸ Cf.: *Temple Grandin - autismo testemunho*. Disponível em: youtu.be/zg8PfAxQito. Acesso: em: 25/07/2019.

⁹ Cf.: *Mulher consegue vencer autismo com máquina do abraço nos EUA*. Disponível em: youtu.be/l8wgrlKy7AE. Acesso: em: 25/07/2019.

¹⁰ Sobre os comportamentos característicos de pessoas com o TEA e práticas pedagógicas voltadas a elas, confira CUNHA, 2016.

AUTISMO

- apego ou manuseio desapropriado de objetos;
- movimentos circulares com o corpo;
- sensível a barulhos;
- estereotípias (ações repetitivas);
- ecolalias (repetição de palavras);
- dificuldades em compreender símbolos e ter dificuldades em compreender sentimentos, compreendendo uma conversa e as palavras só de maneira literal.

Vale lembrar que nem todos as pessoas autistas apresentaram todas essas características ou com as mesmas intensidades. Diante os contextos apresentados, em primeiro lugar, é importante que as(os) professoras(es) conheçam seu(sua) aluno(a) com o TEA, seus afetos e interesses, além de ganhar sua confiança para possibilitar melhores formas de trabalho. É importante pensar em atividades que canalizem a atenção do(a) aluno(a), saber quais atividades ele gosta de fazer: pintar, desenhar, atividades com massa, música etc., pois é preciso estimular o foco de atenção. Os canais sensoriais são os melhores receptores de aprendizagem. Nos momentos de estereotípias (alegrias, emoções, ansiedades, frustrações etc.) é melhor evitar irritá-lo e com o tempo ajudá-lo a substituir por movimentos mais adequados, simbólicos e sociais, que lhe faça progredir na área cognitiva, motora e comunicativa. É importante também que as(os) professoras(es) obtenham a atenção e ação do(a) aluno(a), falar baixo, manter o mesmo tom de voz, contato visual, corrigir ensinando e não reprimindo, disciplinar a atividade e não imobiliza-lo(a), pois este só terá um bom desempenho escolar se confiar em suas(seus) professoras(es).

Para que docentes conheçam melhor seu(sua) aluno(a) com o TEA é importante passar por três etapas em seu trabalho: observação, avaliação e mediação. A observação acontece à medida que professoras(es) conheçam seu(sua) aluno(a), e normalmente são aquelas(es) que identifica o transtorno (pelas características já citadas anteriormente) e dão o sinal de alerta sobre o comportamento da criança, pelo olhar mais cuidadoso, levando ao encaminhamento e diagnóstico precoce. É importante também registrar as possibilidades

e as dificuldades encontradas no trabalho pedagógico, fazendo uma pesquisa com os gostos, interesses, desejos, movimentação em sala, características pessoais e sociais, os diferentes ambientes que frequenta, pois seu comportamento é uma forma de expressão, além de perceber como ele é afetado pelo mundo externo. O(a) professor(a) deve priorizar as habilidades naturais do(a) aluno(a) e perceber as que ele(a) precisa adquirir, pois “o(a) estudante aprende a aprender” e para isso é necessário cativar seu desejo.

A avaliação é classificada como uma ação objetiva que irá compreender o comportamento do(a) aluno(a) em consonância com os instrumentos de ensino e aprendizagem, tendo o objetivo de verificar seu desempenho com o trabalho pedagógico e planejar o que será preciso adiante, sendo a avaliação o início desse planejamento. Pode ser chamada também de uma mediação entre professoras(es) e o(a) aluno(a), direcionando os passos do(a) docente em um caminho que será construído junto com o(a) estudante, sabendo que os recursos para a aprendizagem precisam estar de acordo com as possibilidades do discente. O processo avaliativo responderá a muitas perguntas do(a) professor(a) como: quais exercícios para desenvolvimento sensorial, cognitivo e motor utilizar? Quais atividades o(a) aluno(a) tem mais facilidade e dificuldade? Quais assuntos lhe despertam mais interesses? Quais as maiores dificuldades e habilidades? É importante saber que a avaliação do(a) estudante deverá ser sempre segundo seu próprio desenvolvimento, considerando o que ele(a) fazia, o que faz e o que pode fazer. Com isso, nunca comparando-o(a) com outro(a) colega e nem com outra pessoa autista, pois este é um ser único, só podendo ser comparado a ele(a) mesmo(a), à sua própria história e potencialidades.

A mediação é um elo entre estímulo e resposta, ela é o processo de intervenção na relação estudante e conhecimento. A mediação é a consequência da observação e da interação, pois ela transforma a interação de ensinar em prática docente, e interação de aprender em aprendizagem, havendo uma relação dialética entre prática e teoria. Mediar significa provocar, trazer desafios e motivar o aluno, criando um vínculo entre aluno(a), professor(a) e ambiente escolar. Na mediação, o(a) docente utilizará o melhor

AUTISMO

desenvolvimento do(a) aluno(a), percebendo as qualidades, dificuldades e desafios, ela também tem caráter avaliativo pois cada tarefa superada precisa de um novo desafio. Com isso, nota-se que a prática pedagógica do(a) aluno(a) autista vincula um movimento conjunto de observação, avaliação e mediação.

Em relação as práticas pedagógicas, é importante o(a) professor(a) saber algumas questões do processo de ensino e aprendizagem que irão lhe ajudar e ajudar no desenvolvimento do aluno, fazendo os seguintes questionamentos:

Motivação: Qual a motivação do(a) estudante? Por que ele(a) está motivado(a) ou não está? Quais seus pontos de interesses em sala de aula? Sugestão: investigar o que o(a) aluno(a) gosta de fazer, traçar estratégias de ensino e sempre incentivá-lo(a) após o término das tarefas.

Perseverança na atividade: O(a) aluno(a) termina o que começa? Ele(a) aprende com as respostas? Sugestão: as atividades não podem demorar muito para que não se perca o foco, pois, com atenção, o(a) aluno(a) cria oportunidades e ganha no seu aprendizado, sendo fundamental o incentivo das(os) professoras(es) após as atividades, pois nutre seu interesse.

Capacidade de atenção: Quais atividades têm maior ou menor nível de atenção? E o que fazer para aumentar a capacidade de atenção? Sugestão: a atenção fará o(a) aluno(a) desenvolver respostas rápidas aos estímulos externos, exemplos como trabalhos artísticos podem estimular o foco de atenção, pinturas e desenhos ajudam no ensino e aprendizagem, a música desenvolve a memória, o violão enfatiza o tempo, espaço, ritmo, postura, escrita e outros aspectos da aprendizagem que beneficiam assimilar melhor os conteúdos.

Participação em grupo: onde o aluno(a) gosta de estar? O que impede e o que motiva a procurar um grupo? Sugestão: realizar atividades que facilitem o interesse e a permanência no grupo, ajuda muito na socialização e instrução escolar.

Autonomia: o(a) aluno(a) tem autonomia? A autonomia o ajuda no trabalho pedagógico? Sugestão: mesmo precisando de um acompanhante é importante buscar sua autonomia, dando condições para que o seu crescimento individual apareça, mas ela só acontece quando o(a) estudante já sabe o que fazer, reconhece o ambiente escolar, os materiais pedagógicos e atividades que realizará.

Comunicação: como o(a) aluno(a) estabelece a comunicação? Utiliza mais gestos ou palavras? Aproxima-se de um colega para iniciar um contato? Sugestão: a comunicação deve possuir um caráter afetivo e ser clara e objetiva. Sendo muito importante o contato visual, chamar pelo nome, nomear os objetos, ajudá-lo a entender sentimentos, desejos, vontades e necessidades geram bons resultados. Utilizar uma fala clara, sem presa, permite um melhor aprendizado, sendo preciso entender como o(a) aluno(a) compreende a fala para poder criar exercícios e atividades que estimulem sua socialização. Com alunos(a) autistas alguns materiais pedagógicos que são utilizados na comunicação são: cartões com imagens ou figuras, músicas, contato sensoriais, estimulam muito suas representações simbólicas, por exemplo, se a criança fala pouco, trabalhar com fotos e família, pois a partir de sua vida cotidiana irão surgindo novos mecanismos para estimular expressões mais elaboradas e construir novos significados.

Interesses: o que gostam e o que os(as) atrai? O que na sua vida afetiva pode ser um propulsor de aprendizagem e seu desejo ser provocado pelo trabalho pedagógico? Sugestão; a afetividade é o melhor caminho para obter contato com o(a) aluno(a). Quando possível realizar atividades que sejam do interesse do dele(a).

Desenvolvimento cognitivo: o(a) aluno(a) apresenta déficit cognitivo? quais suas habilidades ou dificuldades? Qual sua relação com a linguagem? Consegue simbolizar? Sugestão: a mente é um processador de informações e os sentidos são responsáveis por processar essas informações no sistema cognitivo, que envolve a atenção, memória, emoções e linguagem. Na linguagem temos uma elaboração cognitiva mais complexa, pois uma comunicação sem linguagem ou signos fica incompleta, assim, quanto maior seu repertório linguístico maiores são as possibilidades cognitivas. Dessa forma, para o desenvolvimento cognitivo e da linguagem o incentivo à leitura é fundamental.

Desenvolvimento matemático: o(a) aluno(a) conhece os números e consegue sequenciá-los? Ele consegue fazer operações matemáticas? Sugestões: os números são melhores assimilados se estiverem ligados à vida social do(a) aluno(a), assim, a sequência deve ser por materiais ou símbolos que tenham estrelas, carros, brinquedos ou algo que este já conheça, observar se o pensamento dele é simples ou complexo, se faz a sequência dos números, se compreende os sinais, operações e consegue contar de forma sequencial. Com isso, professoras(es) devem propor atividades que sejam do interesse do(a) aluno(a), tendo linguagem objetiva, que explore seu cotidiano, utilizar jogos, que estimulem o pensamento lógico, atividades pequenas e variadas, privilegiando sempre suas habilidades.

Desenvolvimento da leitura e da escrita: a dificuldade na escrita vem de aspectos motores ou cognitivos? Em qual estágio está sua leitura e escrita? Sugestão: para que as(os) professoras(es) possam avaliar a evolução escrita do(a) aluno(a), devem utilizar a escrita livre, reescritas de atividades vivenciadas, histórias lidas e a produção de imagens. Para o uso da linguagem é fundamental a interação com os(a) outros(as) colegas da escola, pois possibilita mais contato social e mais possibilidade de desenvolvimento verbal oral e escrito.

É importante saber que além do(a) docente fornecer a atividade, é preciso observar o comportamento do(a) aluno(a) perante ela. Sabendo que as tarefas lhe trazem conceitos subjetivos e objetivos em que o(a) aluno(a) aprende de forma direta e indireta, desenvolvendo várias áreas da aprendizagem escolar. Alguns exemplos de áreas e suas importâncias são:

- **Memória, concentração e equilíbrio:** estimulam a organização do material de trabalho.
- **Socialização, direitos e deveres:** exercícios que trabalham limites e a vida prática.
- **Organização do pensamento e linguagem:** trabalham a ordem de executar a linguagem.
- **Socialização, alteridade, afetividade e inclusão:** atividades com participação das(os) professoras(es), atividades de vida prática e no decorrer das refeições com os outros alunos.

Nesse sentido as professoras(es) podem planejar suas aulas da seguinte forma:

- **Atividades para comunicação, cognição e linguagem:** livros, jogos coletivos, unir o conceito com o símbolo, músicas desenhos, pinturas, jogos que estimulem o raciocínio lógico.
- **Atividades para o desenvolvimento motor:** atividades físicas (exercitando as funções motoras e sensoriais), atividades com música, colagens, recorte.
- **Atividades para a socialização:** atividades esportivas coletivas e pedagógicas que compartilhe com a turma o seu saber.
- **Atividades para o desenvolvimento do foco de atenção:** atividades e pesquisas das áreas do conhecimento e do tema que o aluno tenha interesse, com tecnologias digitais, músicas artes, desenhos, pinturas.

Ao final da oficina aplicamos uma dinâmica com as(os) participantes. A dinâmica foi desenvolvida por meio de fichas de comunicação alternativas¹¹; muitas crianças autistas têm dificuldades em falarem o que querem, as fichas representam o cotidiano da criança, assim, em vez dela falar ela aponta para a imagem e o(a) professor(a) que a está acompanhando irá saber o que a mesma deseja. Na dinâmica, os participantes da oficina foram divididos em quatro grupos com uma prancha de fichas de comunicação alternativa para cada respectivamente sobre brincar, comer, estudar e sobre higiene pessoal. Cada grupo fez um roteiro de atividade diárias segundo a sua prancha, ao final, cada grupo expôs para os outros como ficou seu roteiro e suas opiniões sobre as suas respectivas pranchas e as dos demais grupos.

RESULTADOS OBTIDOS

Percebemos com estudos realizados sobre o TEA o quanto é importante tratar dessa temática dentro da Educação Especial, principalmente para as(os) professoras(es) que terão contato e trabalharão com alunos autistas, pois, além destes, tanto o regente quanto o professor acompanhante, conhecer bem o comportamento do aluno e como trabalhar e incluir eles em sala. O autismo difere dos outros transtornos de desenvolvimento por ser muito complexo, assim, cada aluno(a) terá uma maneira diferente de comportamento e de aprendizagem, cabendo às(aos) professoras(es) trabalharem com os(as) estudantes de forma singular e pensar metodologias específicas para sua aprendizagem.

Destacamos também que além das(os) professoras(es), a sociedade de modo geral deveria ter um conhecimento básico sobre o tema, pois em algum momento podemos ter contado com alguém autista, como por exemplo na família, e muitos pais acabam se desesperando e partem do zero em busca de informações, se questionando: o que eu faço agora? Se tem alguma cura? Se ele vai

¹¹ As fichas de comunicação alternativas são formas de trabalho realizadas pelos PECS.

me entender quando falo com ele? Por que tinha que ser comigo? E outras questões que os angustiam, pois não veio o(a) filho(a) “normal” que eles esperavam. Assim, se todos tiverem o mínimo de conhecimento sobre a temática em voga irão perceber que “não é o fim do mundo” ter um filho(a) autista e que este(a) pode também lhes trazer muitas alegrias, claro, com o seu modo de ser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. 5. ed. Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (ANAC). Resolução nº 280, de 11 de julho de 2013. Dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo. In: BRASIL. *Diário Oficial da União*, nº 135, Seção 1, pág. 11, 16/07/2013.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. *Dispõe sobre a organização da Assistência Social*. Brasília, 1993.

BRASIL. Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995. *Dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência*. Brasília, 1993.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. *Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista*. Brasília, 2012.

BRASIL. Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014. *Regulamenta a Lei nº 12.764*. Brasília, 2014.

AUTISMO

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.370, de 12 de dezembro de 2016. *Altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para estender o direito a horário especial ao servidor público federal que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência de qualquer natureza e para revogar a exigência de compensação de horário*. Brasília, 2016.

BRITES, Luciana; BRITES, Clay. *Mentes únicas*. 2. ed. São Paulo: Editora Gente, 2019.

COSTA, Ulisses. *Autismo no Brasil: um grande desafio*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

CUNHA, Eugenio. *Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas*. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

SURIAN, Luca. *Autismo: informações essenciais para familiares, educadores e profissionais da saúde*. Trad. Cacilda Rainho Ferrante. São Paulo: Paulinas, 2010.

REFERÊNCIAS ICONOGRÁFICAS

FIGURA 1: *Eugen Bleuler* (1857-1939). Disponível em: upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c4/Eugen_bleuler.jpg. Acesso em: 12/08/2019.

FIGURA 2: *Leo Kanner* (1894-1981). Disponível em: upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/af/Leo-Kanner.jpeg. Acesso em: 12/08/2019.

FIGURA 3: *Fita quebra-cabeça*. Disponível em: upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/37/Autismo-fita3.jpg. Acesso em: 25/07/2019.

SITES CONSULTADOS

Associação de Amigos do Autista (AMA).

Link: www.ama.org.br.

Associação Brasileira de Autismo (ABRA).

Link: www.autismo.org.br.

Autismo e Realidade.

Link: www.autismoerealidade.org.br.



TC 140/18-SETI/USF/UGF

Oficinas Pedagógicas Inclusivas em Educação Especial
Projeto financiado com recursos do FUNDO PARANÁ,
Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras.
Superintendência Geral de Ciência,
Tecnologia e Ensino Superior.

www.seti.pr.gov.br

Oficinas pedagógicas para uma **EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Oficinas Pedagógicas para uma Educação Inclusiva apresenta elementos essenciais para pensarmos de forma crítica acerca do paradigma da inclusão de pessoas com deficiência e com necessidades educacionais especiais, inclusive para além do âmbito da educação. Nesses termos, ressaltamos que inclusão é a efetivação dos direitos já garantidos por leis; é ter políticas públicas voltadas a esse público alvo; é dar voz e vez ao sujeito como protagonista da sua própria história; é se dirigir à pessoa com deficiência e falar diretamente com ela, e não com quem a acompanha; é respeitar seu tempo de fala; enfim, é considerar como sujeito capaz de exercer sua autonomia, assim como qualquer outra pessoa.

*Francy Rodrigues da Guia Nyamien
e Luana Aparecida de Oliveira*



P.E.E.
Programa Institucional de
Ações Relativas às Pessoas
com Necessidades Especiais
Campus Toledo

